

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ANALISANDO AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS À PREFEITURA DE JOÃO PESSOA-PB, ELEIÇÕES 2024

GENDER-BASED VIOLENCE: ANALYZING THE PROPOSALS OF MAYORAL CANDIDATES IN JOÃO PESSOA-PB, 2024 ELECTIONS

Joseval dos Reis Miranda¹

Joanderson de Oliveira Gomes²

Resumo: Neste texto, apresentamos uma análise realizada a partir dos planos de governo de seis candidatos, todos homens, à prefeitura de João Pessoa, PB, nas eleições de 2024. Foi possível observar a presença da discussão sobre a violência de gênero na maioria das propostas políticas. No entanto, o entrelaçamento entre educação, gêneros e sexualidades foi evitado por todos, como uma pauta que poderia causar o afastamento ou mesmo a perda de eleitores/as em potencial. A pesquisa evidencia a urgência do alargamento da discussão sobre gêneros e sexualidades no âmbito da Educação, fomentando o respeito à diversidade e a construção de espaços de vidas vivíveis para todas as pessoas.

Palavras-chave: Gêneros; Sexualidades; Política.

Abstract: In this text, we present an analysis based on the government plans of six candidates—all men—for the mayoralty of João Pessoa, PB, in the 2024 elections. It was possible to observe the presence of discussions on gender-based violence in most of the political proposals. However, the intersection of education, gender, and sexuality was avoided by all, treated as an issue that could drive away or even lead to the loss of potential voters. The research highlights the urgency of expanding the discussion on gender and sexuality within the field of Education, promoting respect for diversity and the construction of livable spaces for all people.

Keywords: Genres; Sexualities; Policy.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Educação – Universidade de Brasília; Professor Associado III – Universidade Federal da Paraíba; E-mail: josevalmiranda@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0713-0110>.

2 Mestre em Educação – Universidade Federal da Paraíba; Professor – Faculdade Três Marias; E-mail: joandersonoliveira@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9642-0090>.

Introdução

Sexo, gêneros, sexualidades e diversidade historicamente vêm sendo tratados como tabu ou relegados a assuntos proibidos, sobre os quais fala-se pouco ou quase nada, sobretudo se envolvem a burla à heteronorma. Sabendo dos desafios de se trabalhar tais questões no espaço público, e cientes da importância política no que diz respeito à promoção de programas que viabilizem sua propagação no campo educativo, lançamos o nosso olhar, neste artigo, sobre as propostas dos candidatos³ à prefeitura da cidade de João Pessoa – PB nas eleições de 2024.

Nota-se um esvaziamento de discussões mais aprofundadas sobre a temática, questões que, quando tensionadas, ficam à mercê de manobras políticas que têm o intuito de não perder eleitores/as em potencial, gerando, desse modo, um ocultamento das questões que perpassam o campo dos gêneros e das sexualidades (Gomes; Miranda, 2024). Muito do apagamento (ou da tentativa de apagamento) do espaço público é fruto de um pânico moral que tem sido propositalmente desencadeado pelas instituições de poder presentes em nossa sociedade, tendo destaque as de caráter religioso. Atribui-se ao debate sobre gênero o objetivo de destruir os princípios da moralidade e de perverter a ordem “natural” da sexualidade, sendo, desse modo, uma forma de doutrinação que supostamente é capaz de deturpar nossas crianças, ensinando-as a serem os/as homossexuais do futuro.

Ancorado nos estudos de Stanley Cohen, Rogério Diniz Junqueira comprehende o pânico moral como uma ação que visa suscitar uma preocupação exacerbada com possíveis perigos em potencial. Na maioria dos casos, os pânicos morais tendem a ser normativos e, valendo-se de uma preocupação coletiva, mobilizam sujeitos/as a estarem em constante alerta. “De toda sorte, em situação de pânico moral, a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos ao escrutínio” (Junqueira, 2022, p. 66-67).

Na esteira dessas reflexões, e tomando o cenário brasileiro por base, Butler (2024) nos lembra o “Brasil de Bolsonaro”, que, com muito empenho, fez uso do discurso da dita “ideologia de gênero” como arma política para garantir votos daqueles/as que, em pânico, temiam ver seus filhos e suas filhas transformados/as em pervertidos/as sexuais. De acordo com a filósofa, “[...] sob a alegação de que o gênero põe em dúvida o caráter natural e normativo da heterossexualidade, e que, uma vez que a ordem heterossexual deixa

³ Não utilizaremos a flexão de gênero quando nos referirmos aos candidatos à prefeitura de João Pessoa - PB, em 2024, uma vez que apenas concorreram sujeitos que se reconhecem do gênero masculino.

de ser sólida, uma enxurrada de perversidades sexuais, incluindo zoofilia e pedofilia, tomará a face da terra” (Butler, 2024, p. 10). Como consequência desta falácia, o debate sobre gênero passa a ser entendido como algo que deve ser evitado, combatido e expulso das nossas casas, da nossa política e, principalmente, de nossas escolas.

A partir da construção desse pânico moral, uma série de reações ultraconservadoras começa a ser desencadeada e uma verdadeira agenda antigênero passa a ser desenvolvida no seio da extrema-direita. Conforme argumenta Junqueira (2022, p. 165), são essas reações que dão início às grandes mobilizações contrárias “[...] à inclusão das temáticas de gênero dos planos de educação”. Não estranhamente, termos como “ditadura gay” ou “kit gay” passam a ser difundidos em campanhas eleitorais como estratégias políticas de ataque às questões de gênero. Assim, alardeiam a suposta urgência em impedir que a discussão da diversidade de gêneros e sexualidades no âmbito educativo se efetive.

Deste modo, elencamos, como objetivo geral deste artigo, analisar, a partir das propostas dos candidatos à prefeitura de João Pessoa-PB, o fomento para o trabalho com as questões de gêneros e sexualidades no âmbito educativo, na perspectiva da promoção e valorização das diversidades. Enquanto objetivos específicos, pretendemos: a) inferir o que pensam os candidatos sobre a relevância do trabalho com as questões de gêneros e sexualidades; e b) problematizar as nuances que perpassam a presença ou a ausência da discussão sobre a diversidade frente a uma sociedade ainda marcada pelos princípios da heteronormatividade.

1 Metodologia

A pesquisa aqui desenvolvida toma, por objeto de análise, as propostas de governo dos candidatos à prefeitura de João Pessoa-PB. Os documentos foram acessados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no período de disputa ao cargo, ou seja, nas eleições de 2024. Consideramos, para efeitos deste estudo, as candidaturas registradas no TSE, o que totalizou seis propostas de governo, a saber: Camilo Duarte (Partido da Causa Operária – PCO); Cícero Lucena (Partido Progressista – PP); Luciano Cartaxo (Partido dos Trabalhadores – PT); Marcelo Queiroga (Partido Liberal – PL); Ruy Carneiro (Podemos) e Yuri Cartaxo (Unidade Popular – UP).

O presente estudo, de caráter qualitativo, se constitui como um processo investigativo que permite a realização de inferências e possíveis interpretações da realidade social a partir das nuances que perpassam as

propostas de governo dos candidatos acima elencados. No tocante à pesquisa qualitativa, Paiva e Nascimento (2015, p. 355) argumentam que “[...] a utilização dos pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa qualitativa permite a ampliação do campo de análise e as possibilidades de compreensão da realidade social a ser estudada”. Na mesma direção, Rapimán (2015, p. 212) enfatiza que “[...] a pesquisa qualitativa tem como principal objetivo compreender os fenômenos sociais, grupos de indivíduos ou situações sociais”.

Desse modo, a partir das propostas de governo, intentamos analisar o que se tem dito e/ou pensado e proposto para o desenvolvimento da promoção e da oferta de um ensino-aprendizagem que fomente uma educação para as sexualidades e a diversidade de gêneros. Tendo por base esse intento, elencamos como ferramenta de análise os Núcleos de Significação, na perspectiva proposta por Aguiar e Ozella (2006, 2013), que os compreendem como um procedimento que nos permite inferir os significados que perpassam a existência do objeto estudado.

Esses significados apenas podem ser compreendidos a partir do pressuposto de que sua existência só é possível pois suas produções se dão histórica, cultural e socialmente. “O sentido refere-se a necessidades que, muitas vezes, ainda não se realizaram, mas que mobilizam o sujeito, constituem o seu ser [...]” (Aguiar; Ozella, 2006, p. 227). Nessa direção, Amaral (2019, p. 164) comprehende que “[...] os núcleos de significação são um processo construtivo-interpretativo”.

Os procedimentos para análise, utilizando os núcleos de significação, foram organizados em algumas etapas. O primeiro passo foi a leitura flutuante, na qual as propostas de governo dos candidatos foram lidas buscando uma primeira aproximação, já observando em que momento se falou sobre gêneros ou sexualidades e o contexto da escrita. “Essas leituras nos permitem destacar e organizar o que chamamos de pré-indicadores” (Aguiar; Ozella, 2006, p. 230).

Em consequência a esta primeira leitura, surgem as temáticas principais, cujos conteúdos são “[...] caracterizados por maior frequência (pela sua repetição ou reiteração)” (Aguiar; Ozella, 2006, p. 230). Após a construção e sinalização dos pré-indicadores, eles passam por um processo de aglutinação que toma por base a aproximação, o distanciamento ou a contraposição de ideias referentes ao campo dos gêneros e das sexualidades. Essa aglutinação gerou os seguintes indicadores: violência, igualdade e equidade de gêneros; e diversidade, exploração, importunação e orientação sexual.

A partir desses indicadores, foi possível construir dois Núcleos de Significação. “Núcleo 1: Entrelaçando propostas de gêneros e sexualidades na perspectiva do combate à violência” e “Núcleo 2: Gêneros e sexualidades? Aqui não.” Tais núcleos serão analisados posteriormente, no processo que se denomina de análise intranúcleo, onde se apresenta a sua constituição e as ideias que o constituem. Por fim, será realizada a análise internúcleo, observando os pontos de convergência e/ou divergência que eles apresentam entre si. “Não se pretende com isso obter uma única resposta, como o ideal de pronto e acabado, mas refletir sobre os ditos e não-ditos que se fazem presentes implícita ou explicitamente [no objeto investigado]” (Gomes, 2023, p. 75).

2 Em nome da moral e dos bons costumes

Historicamente, nossa sociedade firmou acordos, normas, modos de ser e existir que gradativamente foram sendo impostos aos/as indivíduos/as no decurso de nossas relações sociais. Em sua maioria, são relacionados a uma ideia de moral, que, conforme argumenta Foucault (2020, p. 32) refere-se a “[...] um conjunto de valores e regras de ação propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos”.

Essa ideia de moralidade, dentre outras coisas, doutrinou e moldou o que se espera da sexualidade humana e como se deve vivê-la no espaço social. Logo, é preciso ser heterossexual, cristão e branco. Qualquer outra ideia não cabe na caixa de certezas construída por nossas instituições de poder de viés fundamentalista, dentre as quais ganha destaque a Igreja – embora não apenas ela –, tendo um papel importante nessa empreitada. De acordo com Junqueira (2022, p. 17), “grupos religiosos, atores laicos ou não nitidamente confessionais engajam-se em operações de intervenção, incidência e ataque [...] obstinados em influenciar ou determinar os rumos das políticas nas áreas de educação, cultura [...]” – entre outras que poderíamos citar –, visando minar uma discussão que não se funda na perspectiva biológica, na qual somos definidos com base em nossos órgãos genitais.

Com a amplitude das discussões sobre as questões de gêneros e sexualidades, a ideia de que temos modos outros de nos relacionarmos, afetiva e sexualmente uns/umas com os/as outros/as, desnaturalizando a suposta ideia de que nascemos meninos ou meninas, sendo esta a única possibilidade da existência humana, preocupou setores mais conservadores de nossa sociedade e uma verdadeira caça às bruxas começou a ser exercida. “Em comunidades conservadoras evangélicas e católicas ao redor do mundo, ‘gênero’ é considerado o código para uma pauta política que busca não apenas

destruir a família tradicional, mas [...] um futuro sem gênero” (Butler, 2024, p. 10).

Deste modo, temos presenciado um forte empenho no apagamento das discussões sobre gêneros e sexualidades e uma forte campanha que impõe ao termo “gênero” uma conotação negativa e, numa visão cristã, demoníaca. “Nesse processo, foi central a invenção da expressão ‘ideologia de gênero’. Um neologismo que cumpre o papel de um artefato retórico e persuasivo [...]” (Junqueira, 2022, p. 17). Segundo seus/suas idealizadores/as, “a ideologia de gênero” tem a missão de corromper nossas crianças e, por essa razão, não deve estar presente em nossos currículos escolares, precisando ser banido sempre que suas sementes tentarem germinar. “Quando se chega a essa conclusão repentina, há apenas uma opção: impedir o mal! Acabar com o gênero!” (Butler, 2024, p. 17).

Para essa campanha moral, não importam as outras existências: elas são constantemente negadas em favor da celebração da heterossexualidade, reconhecida e chancelada como a única possível de ser aceita no espaço público e social por aqueles/as que veem na diversidade uma perversão do que se instituiu como normalidade. Pouco importa se as outras existências tenham que ser rebaixadas a quase nada ou negadas e postas à margem. É preciso defender a moral e os bons costumes que, como bem nos lembra Foucault (2020), são uma moral dos e para os homens (leia-se: homens heterossexuais).

Dentro dessa conjuntura, o termo gênero ganhou a persona de um inimigo voraz que ameaça cada vez mais a família tradicional e as crianças, que estão sendo alvo de um suposto processo de doutrinação. Tal discurso fomentou e fortaleceu a campanha eleitoral de muitos/as candidatos/as que conseguiram votações expressivas, argumentando estarem em defesa e proteção das crianças contra a suposta “doutrinação gay”. São os casos das candidaturas do pastor Marcos Feliciano em 2010, “[...] comprometendo-se com a defesa de valores morais. Seus projetos incluíam a promoção de terapias de reversão e orientação sexual, popularmente conhecidas como ‘cura gay’” (Lacerda, 2023, p. 184), e de Jair Bolsonaro, em 2018, que, com ideias de “kit gay” e “ideologia de gênero”, potencializou um discurso preconceituoso e a ascensão da onda conservadora em nosso país, tendo por lema a moral e os bons costumes (Gomes, 2023).

Em detrimento dessa investida antigênero e das consequências que dela se lançam, ressaltamos a importância do debate e da problematização no tocante às questões dos gêneros e das sexualidades. Nessa perspectiva, a professora Constantina Xavier Filha vem propondo uma educação para

as sexualidades que pretende “[...] refletir sobre discursos naturalizados e sacralizados culturalmente, relativizando-os, pondo-os sob suspeita e vigilância, provocando a dúvida de algumas certezas [...]” (Xavier Filha, 2017, p. 31).

Em sua discussão, a autora evidencia a necessidade de trabalharmos no âmbito educativo para propor uma educação para as sexualidades, contemplando toda a sua diversidade em uma investida que pretende questionar a norma e desestabilizar as certezas. Isso implica trazer para o centro do processo de ensino-aprendizagem o trabalho com as questões de sexualidades e de gênero. Concordamos com Scott (1995) quando defende o gênero (e, nós acrescentamos, também as sexualidades) como uma importante categoria de análise histórica que nos permite a compreensão da nossa existência nas teias da história – nesse sentido, como um construto social e não como um dado *in natura*.

Desse modo, tomamos as propostas de governo dos candidatos à prefeitura de João Pessoa-PB, como material de análise. Nos interessa perceber as nuances que as perpassam e o que pode ser lido (ou não) sobre as questões dos gêneros e das sexualidades no cenário educativo. Nas análises seguintes, iremos elucidar como tais questões são percebidas e/ou invisibilizadas por aqueles que pretendem governar a capital paraibana.

3 Núcleo de Significação 1: Entrelaçando propostas de gênero e sexualidade na perspectiva do combate à violência

Ao realizarmos a leitura das propostas de governo por meio do que, em nossa metodologia de pesquisa, denomina-se “leitura flutuante”, percebemos uma recorrência de termos e/ou expressões que se relacionam com o campo dos gêneros e das sexualidades, como igualdade de gênero; equidade de gênero; violência de gênero; exploração sexual, orientação sexual e importunação sexual. Tais termos aparecem nas propostas dos candidatos Cícero Lucena (PP); Ruy Carneiro (Podemos), Yuri Cartaxo (UP) e Luciano Cartaxo (PT).

A primeira menção ao termo gênero no plano de governo do candidato Cícero Lucena (PP) possui relação com a ideia de igualdade de gênero, na perspectiva de “[...] fortalecer a liderança feminina e preparar mulheres para posições de destaque nos mais variados setores do mercado, promovendo a igualdade de gênero” (Lucena, 2024, p. 41). Tal ponto é sinalizado, no documento, como um compromisso firmado frente a população paraibana, o que nos parece sinalizar a percepção das diferenças ainda presentes nos

espaços de trabalho ocupados por homens e mulheres, cenário em que, muitas vezes, as mulheres tendem a ser vistas como inferiores, recebendo um salário menor ainda que ocupem um cargo igual aos seus pares identificados como do sexo masculino.

A segunda incidência do termo gênero é elencada no eixo 6, “desenvolvimento social e direitos humanos”. Encontra-se no contexto de fomento à construção de políticas sociais que promovam a dignidade da vida humana – desse modo, sinaliza-se que independe do gênero e da orientação sexual. No eixo seguinte, intitulado “políticas de inclusão e igualdade racial, de mulheres e LGBTQIA+”⁴, elenca-se uma série de avanços direcionados às mulheres, à população negra e à comunidade LGBTQIA+.

Há uma nítida ênfase na violência de gênero, como a doméstica e aquelas que recaem sobre a comunidade LGBTQIA+, a violência e a discriminação no trabalho, sobre as quais se afirma um comprometimento com a ampliação de políticas públicas que garantam uma melhor qualidade de vida e de educação. Afirma-se que haverá um maior empenho para a equidade de gênero na capital paraibana.

Na escrita do plano de governo de Cícero Lucena (PP), são postas algumas ações que pretendem ser desenvolvidas e que se relacionam com a perspectiva dos gêneros e das sexualidades. Elas são elencadas do seguinte modo: ativação do programa “Maria da Penha vai às escolas”; criação do relatório anual socioeconômico das mulheres; criação de campanha com a Secretaria de Esportes para combate à violência de gênero, ao racismo e à LGBTQIA+fobia; implementação de sistemas de monitoramento e denúncia de violência de gênero, racismo, LGBTQIA+fobia (Lucena, 2024).

Tais realizações se traduzem em propostas que vão ao enfrentamento da violência de gênero em suas muitas faces, seja contra mulheres, homossexuais ou a comunidade negra – ações que têm uma indiscutível importância frente às desigualdades e agressões físicas e verbais de que esses grupos tendem a ser alvo. São ações que, no plano das ideias – e que, esperamos, construam raízes em sua efetivação – pretendem combater investidas que tentam impedir o reconhecimento de outros modos de vida para além da cisheteronormatividade.

4 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais e + para incluir pessoas que não se enquadram nas definições anteriores. A sigla tem evoluído historicamente com a inclusão de novos grupos na perspectiva da visibilidade e do reconhecimento. No discurso da escrita deste trabalho, pode-se notar que os candidatos mencionam siglas diferentes no intuito de se referir à mesma comunidade, desse modo, elas serão citadas conforme estiverem postas no respectivo plano analisado.

Nesse aspecto, Pereira e Sierra (2023), ao analisarem os discursos políticos neoconservadores presentes na contemporaneidade, como aqueles sobre o “kit gay” e sobre a “ideologia de gênero”, argumentam que tais discursos estão para além de uma pauta-comum em uma agenda eleitoral. “Ao promover ‘pânicos morais’ [...] investidas como essas arriscam perspectivas e ações antidiscriminatórias para além do campo educacional, afetando outras esferas da vida cotidiana, como o direito de aparecer nas ruas, de não sofrer violações [...]” (Pereira; Sierra, 2023, p. 113).

Nessas narrativas, maquiadas com o argumento de estarem em defesa da família, é possível inferirmos um certo fomento da promoção de um espaço social mais violento, uma vez que apresentam as dissidências como algo a ser combatido, o que promove, para além do “pânico moral”, a construção de um discurso de ódio. Ou, como nos apresenta Junqueira (2022), existe um forte empenho na construção de uma agenda antigênero, porque as pautas de gêneros, na perspectiva da diversidade, seriam um projeto reacionário de poder que põe em risco a dimensão da moralidade cisgenderonormativa.

Com uma proposta de governo que tem por lema “mudar para o futuro”, o documento do candidato Ruy Carneiro (Podemos) aborda, de forma superficial, as temáticas de gêneros e sexualidades. O plano está organizado em diretrizes e, na terceira seção, temos a primeira menção ao gênero, que versa sobre a “inclusão social e produtiva e direitos humanos”. Vinculada à perspectiva da assistência social, a proposta se fundamenta na promoção de “[...] políticas e ações que assegurem a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos de João Pessoa, independentemente de sua origem, condição social, gênero ou capacidade” (Carneiro, 2024, p. 35).

Com uma escrita que nos parece rasa, no sentido de que menciona, mas não aprofunda a questão, o termo fica meio deslocado, podendo deixar o/a leitor/a no espaço da dúvida, de modo que não há, ao menos nesse primeiro momento, uma demarcação do que o candidato está tomando por gênero. Mais adiante, elencam-se alguns elementos que nos fazem inferir uma possível inclusão das diferenças: “[...] busca-se construir uma cidade que respeite e valorize a diversidade humana” (Carneiro, 2024, p. 35). A discussão sobre o campo dos gêneros é retomada no eixo temático 5, que versa sobre a “igualdade de gênero e raça”, no qual o candidato elenca, para o desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero, a seguinte proposta: “desenvolver e implementar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, combatendo a discriminação e a violência contra as mulheres” (Carneiro, 2024, p. 39).

Não discordamos da importância de termos o desenvolvimento de políticas que atendam às mulheres no tocante às questões de violência das quais elas são vítimas. Mas sentimos falta, na referida proposta, das outras mulheres – transexuais, travestis –, assim como as demais pessoas não-heterossexuais que também são vítimas de violência de gênero e que precisam ser assistidas com medidas que promovam a equidade de gênero para todos e todas. Na escrita da proposta, nos parece que o candidato direciona sua fala apenas ao perfil de mulher cisheteronormativa. Cabe perguntar se tal medida daria conta da diversidade de mulheres que temos em nossa sociedade.

Em sua pesquisa de doutorado, Ana Carolina Gondim de Albuquerque, ao tomar inquéritos de assassinato de mulheres trans e travestis na cidade de João Pessoa – PB, mostra como essas vidas acabam sendo relegadas a espaços marginais e postas em situações de risco, agressão e, muitas vezes, de ceifamento da vida. Nos termos da autora, as pessoas trans e as travestis são postas na subalternidade e na exclusão de uma sociedade cisheteronormativa, que, em muitos momentos, contribui para o apagamento da diversidade. “O assassinato das mulheres trans e das travestis é um fenômeno recorrente na sociedade brasileira, todavia, tão invisibilizado quanto a própria vida dessas pessoas que têm sua humanidade usurpada, em virtude de cruzarem fronteiras consideradas mais inexpugnáveis” (Oliveira, 2022, p. 229).

Desse modo, precisamos atentar para a urgência da promoção de políticas públicas que contribuam com a existência de vidas outras, que burlam a norma cotidianamente e que, na teia das relações sociais com as quais se defrontam, possam encontrar meios para vidas vivíveis, com dignidade, respeito e equidade de gênero. Embora no plano de governo do candidato Ruy Carneiro (Podemos), possamos encontrar termos como “violência”, “igualdade” e mesmo “equidade de gênero”, que são indiscutivelmente importantes e necessários, a escrita nos pareceu se direcionar com maior ênfase para as demandas de mulheres heterossexuais. Encontramos apenas uma proposta que, de forma mais direta, fala sobre os outros corpos que compõem a nossa sociedade. Ao falar sobre a promoção dos direitos humanos e a equidade para todos, o candidato se propõe a assegurar, a todos/as os/as habitantes de João Pessoa, a garantia dos seus direitos fundamentais, “[...] independentemente de raça, gênero e orientação sexual” (Carneiro, 2024, p. 69).

No entanto, não há nenhuma ampliação do debate ou reconhecimento dos enfrentamentos que aqueles/as que burlam a heteronorma enfrentam cotidianamente. Ainda dentro desse aspecto, em seu plano encontramos uma única menção à comunidade de pessoas não-heterossexuais. Ela

está inserida no eixo temático 4, sobre a inclusão de grupos vulneráveis, e pretende: “desenvolver programas específicos de inclusão social e econômica para grupos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e a população LGBTQIAPN+⁵, proporcionando-lhes oportunidades reais de desenvolvimento” (Carneiro, 2024, p. 74). Não há, no referido plano, nenhum esclarecimento de como se pretende desenvolver tais programas e quais oportunidades de desenvolvimento são estas, mas reconhecemos como um avanço importante tal posicionamento.

Yuri Cartaxo (UP) adentra as discussões sobre gêneros e sexualidades também a partir da problematização da violência de gênero, tendo, como proposta inicial, a priorização “[...] nos programas de habitação, trabalho e demais políticas da prefeitura, pessoas vítimas de violência de gênero, sexual, doméstica, mulheres, LGBTIA+⁶, negritude [...]” (Yuri Cartaxo⁷, 2024, p. 15). Outro ponto abordado na proposta política é a garantia de retificação do nome e do gênero de forma gratuita.

As medidas, propostas pelo candidato supracitado encontram relevância frente a uma sociedade ainda marcada pela exclusão e pelo apagamento do diferente. Conforme aponta Berenice Bento, pessoas transexuais e travestis tendem a se defrontar com uma série de barreiras que as singularizam em consequência das violações e agressões que sofrem. Precisam, inclusive, acionar a justiça, solicitando a mudança de nome e de sexo, “[...] enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: ‘não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto [...]’” (Bento, 2011, p. 550).

No tocante à comunidade LGBTIA+, como citado pelo candidato, são sugeridas algumas medidas, a saber: construir mais quatro casas-abrigo e dois centros de referência para a comunidade LGBTIA+; criação de programa de proteção à vida das pessoas LGBTIA+; construir o festival LGBTIA+; criar as Secretarias da Negritude, da Comunidade LGBTIA+, da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa, da Criança e do Adolescente (Yuri Cartaxo, 2024).

As medidas elencadas pelo candidato Yuri Cartaxo são importantes na medida em que temos corpos em risco pelo simples fato de existirem e desobedecerem às normas de gênero, corpos que estão à margem da

5 Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgênero, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e + para incluir pessoas que não se enquadram nas definições anteriores.

6 Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgênero, queer, intersexuais, assexuais e + para incluir pessoas que não se enquadram nas definições anteriores.

7 Por termos dois candidatos com o mesmo sobrenome, Yuri Cartaxo e Luciano Cartaxo, ao citarmos seus planos de governo, usaremos a forma nome e sobrenome, visando diferenciá-los no decurso da escrita.

maquinaria de produção de seres humanos, na qual apenas duas possibilidades são consideradas como legítimas: homem/mulher, macho/fêmea. No entanto, nem todos os corpos seguirão esse padrão: alguns perfazem um caminho diferente, burlam esse processo e desafiam a heteronorma lutando pelo direito legítimo de serem e existirem. Conforme demonstra Berenice Bento, toda a reiteração que produz esses corpos, que visa a sua generificação e produz uma heterossexualidade desejada e esperada, marca a existência de corpos desviantes com um terrorismo contínuo: “Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica” (Bento, 2011, p. 552).

Com uma proposta que também se direciona para o combate à violência de gênero, Luciano Cartaxo adentra essa discussão, em seu plano de governo, no eixo 4, intitulado “inclusão e diversidade”, mais especificamente, no primeiro subtítulo, “políticas para as mulheres”. Defende-se “o fortalecimento das mulheres e o fim da cultura da violência de gênero [...]” (Luciano Cartaxo, 2024, p. 41). Segue-se, então, uma série de medidas, de extrema importância, que objetivam dar condições para que as mulheres possam se proteger em casos de violência doméstica e/ou de gênero. Dentre elas, podemos citar: enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; igualdade no mundo do trabalho, autonomia econômica e enfrentamento à pobreza; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Assim como seu concorrente, Ruy Carneiro, o candidato Luciano Cartaxo evidencia propostas que se direcionam a apenas um perfil de mulher, a heterossexual, não trazendo para essa discussão possibilidades outras de ser mulher, como as transexuais e travestis, entre outras – mulheres que também sofrem violência de gênero, além de um processo de desumanização, sendo, por vezes, consideradas abjetas. Não estamos, com essa observação, tentando hierarquizar quais pautas são mais urgentes e/ou importantes. Nossa intuito é refletir sobre aquilo que não deve ser esquecido e deixado à margem dos processos de construção das políticas públicas.

As demandas postas no plano de governo do Luciano Cartaxo (PT) e que se direcionam para as mulheres são relevantes e se justificam pela onda de violência de gênero e doméstica contra as quais elas buscam agir. O que propomos aqui é sua ampliação. O termo mulher se alargou, de modo que seria mais adequado falarmos em mulheres, pois elas são diversas, plurais, assim como as suas demandas, que embora se interseccionem em muitos aspectos, possuem pontos singulares, que não devem ser desconsiderados. Conforme argumenta Butler (2024, p. 22), “[...] é inegável o fato de que as

categorias ‘mulher’ e ‘homem’ mudam histórica e contextualmente”. Ainda segundo a autora, há novas formas de gênero eclodindo e se tornando parte da nossa realidade. Pode-se até ignorá-las ou tentar invisibilizá-las, mas elas continuarão existindo com demandas reais e urgentes que precisam fazer parte do rol de preocupações daqueles/as que pretendem governar uma cidade, um estado ou um país. (Butler, 2024).

Adentrando a discussão sobre os direitos humanos, Luciano Cartaxo (PT) traz para o debate propostas para a população LGBTQIAPN⁸, dentre as quais, “[...] defender o estabelecimento efetivo da livre orientação sexual e/ou identidade de gênero enquanto direitos humanos fundamentais [...]”. Além de promover o combate à LGTBIfobia, “[...] fortalecer, ampliar os programas de saúde pública integral, na rede municipal de saúde, para a população LGBTQIAPN+, incluindo-se também as terapias de transição de gênero [...]” (Luciano Cartaxo, 2024, p. 48).

O candidato propõe, ainda, a consolidação de espaços institucionais conquistados na cidade, como o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa e o Conselho Municipal de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CMCDPDH-LGBT. As medidas caminham na direção da saúde pública da população LGBTQIAPN+, incluindo a “capacitação dos profissionais de saúde e o corpo administrativo dos CRAS, CAPS, USF para o entendimento das questões referentes à saúde e direitos básicos da população LGBTQIAPN+” (Luciano Cartaxo, 2024, p. 48).

Sobre esta última medida, podemos inferir a importância de um processo educativo que traga informação e esclarecimento para aqueles/as que vão lidar com quem é considerado/a diferente, que rompe a norma e, desse modo, gera demandas outras, das quais é necessário ter conhecimento para saber como tratar, não só na parte técnica/médica, mas no diálogo e no respeito à diversidade humana. Isso suscita uma questão que atravessa todas as propostas de governo aqui analisadas: a educação, o que ela tem a ver com os gêneros? Tal problematização será aprofundada em nossa análise internúcleo.

Uma proposta do candidato Luciano Cartaxo nos chamou especial atenção: “desenvolver, em nossa cidade, políticas públicas de combate à vulnerabilidade de adolescentes e **idosos LGBTQIAPN+**” (Luciano Cartaxo, 2024, p. 48, grifos nossos). Ele propõe casas de abrigo, garantindo a oferta de acompanhamento jurídico, psicológico e assistência social. Historicamente,

⁸ No plano de Luciano Cartaxo (2024), ele utiliza essa sigla, em diferença aos demais candidatos que utilizam outras variações.

a velhice homossexual tende a passar por um processo de apagamento intencional, de modo que consideramos importante termos a constituição de políticas públicas que tenham como alvo essa parcela da humanidade.

De acordo com as pesquisas de Carlos Eduardo Henning, existe uma espécie de panorama heteronormativo acerca do envelhecimento que atua em um apagar deliberado, no âmbito das políticas, inviabilizando uma real preocupação que se direcione às “[...] identidades sexuais e de gênero, de velhos e velhas que dissidam de certas referências normativas quanto a gênero e sexualidade” (Henning, 2017, p. 284). O autor se dedica ao estudo do que ele chama de “gerontologia LGBT” e tece uma análise histórica em que evidencia como as representações sociais da velhice homossexual tendem a ser relacionadas com a solidão: “[...] preconceito pelo avanço da idade dentro e fora das ‘comunidades LGBT’, depressão, redução ou ausência de redes de suporte social, entre outros fatores” (Henning, 2017, p. 294).

4 Núcleo de Significação 2: Gêneros e sexualidades? Aqui não!

Na contramão das propostas anteriormente analisadas, encontramos nos planos de governo dos candidatos Camilo Duarte (PCO) e Marcelo Queiroga (PL) um total esvaziamento no que se refere às questões de gêneros e sexualidades. Não há pautas que tomem essas demandas como urgentes e necessárias sob nenhum prisma. O plano de governo do Camilo Duarte (PCO), que não foi pensado exclusivamente para o estado da Paraíba, trata-se de um documento organizado a partir de eixos gerais que valem para todo o país. Temos acesso a essa informação já em suas primeiras linhas.

Organizado em 15 eixos, a proposta tem por base “um governo dos trabalhadores”. As pautas giram em torno dos seguintes pontos: dívida pública; transporte; salário mínimo para os funcionários municipais; calçamento e esgoto, água e luz; moradia; plano de emprego; formação de conselhos populares deliberativos; camelôs e ambulantes; diminuição do IPTU; radares e a indústria da multa; crédito; alimentos; praças e clubes, cancelamento das leis absurdas e saúde (Duarte, 2024). Absolutamente nada sobre gêneros e sexualidades na perspectiva da diversidade.

Não estranhamente, o candidato Marcelo Queiroga (PL) não faz sequer menção ao termo gênero em seu plano de governo, talvez visando fugir a qualquer associação do seu nome à nomenclatura gênero, pois tal palavra, “[...] ao que tudo indica, enfeitiça, exerce um encantamento, e, por isso, tudo que se associa a ela deve ser desencantado, dissipado” (Butler, 2024, p. 32). No entanto, o candidato faz referência à violência contra as mulheres

e se compromete a garantir “[...] assistência integral, humanizada e não revitimização às mulheres em situação de violência” (Queiroga, 2024, p. 23). Destacamos não haver surpresa nessa ausência, tendo em vista o fato de o partido ao qual o candidato encontra-se filiado ser liderado por Jair Bolsonaro, declaradamente homofóbico e contrário à diversidade da sexualidade humana, além de um dos principais incentivadores da campanha antigênero.

Para não ficar totalmente no limbo, o candidato faz referência à violência contra a mulher, compreendida a partir de uma única possibilidade, a heterossexual. Novamente, sentimos falta que outros modos de ser mulher – que também sofrem violências – fossem contemplados com a propositura de políticas públicas que igualmente as protegessem. Como em muitos momentos de suas vidas particulares, nas propostas do Marcelo Queiroga (PL), elas são ignoradas, como se suas vidas não fossem dignas de serem vividas e/ou contempladas.

Há apenas uma fala sobre sexualidade em suas propostas: “[...] reforçar as providências de saúde sexual e reprodutiva para a juventude local” (Queiroga, 2024, p. 41). A narrativa do candidato nos parece ir ao encontro de uma visão biologicista da sexualidade que, quando abordada, deve limitar-se aos fins reprodutivos e de prevenção. Isso não dá conta da multiplicidade de demandas que nela reverberam e que, portanto, não deveriam ser deliberadamente esquecidas em um plano de governo.

5 E a Educação?

Existe um ponto em comum que intersecciona cinco, dos seis planos de governo aqui analisados, com exceção para o candidato Yuri Cartaxo (UP). Embora tenhamos encontrado propostas importantes sobre a temática dos gêneros e das sexualidades e sua efetivação via política pública, não há nenhuma relação estabelecida entre o campo da educação e as questões da diversidade nas propostas de governo dos candidatos Cícero Lucena (PP), Ruy Carneiro (Podemos), Camilo Duarte (PCO), Luciano Cartaxo (PT) e Marcelo Queiroga (PL).

Na análise desenvolvida, percebemos um certo cuidado em manter as discussões sobre gêneros, sexualidades e educação em espaços distintos e longe de qualquer crítica. Fala-se sobre a necessidade de intervenção frente ao problema da violência de gênero, mas não se propõe um diálogo entre o âmbito da educação e as gerações que estão em seu processo de escolarização da educação básica. As medidas que visam a coibir e punir

os crimes de violência de gênero são importantes, não estamos aqui de modo algum questionando as suas urgência e real necessidade. No entanto, a violência que se exerce por vezes é fruto da ignorância e de um ensino-aprendizagem que normatiza a heterossexualidade em detrimento de todas as outras possibilidades, exercendo sobre as demais um estigma de erro a ser evitado e combatido.

Trazer a discussão sobre a diversidade para o âmbito escolar é urgente, “[...] pois, se formos julgar algo que não compreendemos, a ignorância moralista e dogmática ditará o destino tanto da vida intelectual quanto do discurso público” (Butler, 2024, p. 39). E essas vidas marginalizadas terão perpetuamente suas existências relegadas ao espaço vulgar. Onde só há possibilidade para subvidas orbitando em torno da norma.

Em seu plano de governo, Cícero Lucena (PP) dedica o eixo 2 para a educação: “a escola do futuro se constrói hoje”. São postos como pré-requisitos “[...] a inovação, tecnologia, inclusão, sustentabilidade, transformação e, sobretudo, [...] a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar” (Lucena, 2024, p. 9). A base de sua proposta se traduz no investimento tecnológico, na infraestrutura escolar e na preparação para o mundo do trabalho. Mas, não há nenhuma intenção registrada em seu plano sobre a articulação entre educação, gêneros e sexualidades – talvez por receio da possível represália em utilizar o termo ou mesmo de relacioná-lo com o campo educativo, tendo em vista toda a ação antigênero desenvolvida por grupos mais conservadores, que se apresentam como os defensores da família [heterossexual] e das crianças.

Em sua maioria, tais investidas têm estado atentas à escola, ao que se ensina e ao que pode ser considerado perigoso sob suas óticas reducionistas e preconceituosas, tendo os/as docentes por foco. “Mesmo sem qualquer fundamento ou evidência, acusam-se os/as docentes de procurar confundir as crianças, obrigando, por exemplo, os meninos a vestirem saias e brincarem de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem de sua natural propensão a cuidar dos outros” (Junqueira, 2022, p. 68).

Dentro da disputa política, o que cada candidato pretende é a maior aquisição de votos, o que pode implicar um certo polimento. Assim, na perspectiva de “agradar gregos e troianos”, pode-se tomar certos cuidados e evitar o uso de determinados termos, principalmente estes quando envolvem a escola. Gêneros e sexualidades tendem a ficar de fora dessa pauta, como se tais discussões não fizessem parte da existência humana e não devesssem ser acessadas pelos/as estudantes. A mesma exclusão também está presente em planos nacionais, municipais e estaduais de educação (Junqueira, 2022).

Não atrelar gêneros ao campo da educação pode se traduzir, então, como uma estratégia discursiva, um cálculo político bem elaborado, que tem, como intenção primeira, evitar conflitos com setores que não veem com bons olhos essa associação. Assim, opta-se por falar apenas dos casos de violência, apresentando propostas que intentam punir tais ações. Estas propostas, novamente ressaltamos, são extremamente necessárias, mas, como uma manobra política, podem ser utilizadas como escudo para que evite problematizar a também urgente necessidade de trazer para o seio escolar o estudo para além da norma, bem como as reflexões sobre o campo dos gêneros e das sexualidades na perspectiva da diversidade.

Nesse sentido, Junqueira e Prado (2010, p. 6) elucidam que essa ação, dentro da disputa política, está longe de ser algo fortuito ou espontâneo, “[...] também mantêm relação com as condições dos campos sociais envolvidos, o conjunto de repertórios de ação e as possibilidades de tematização [...]. Ou seja, trata-se de uma investida intencional para evitar conflitos. Chamando a atenção para demandas outras, também necessárias, valorizam-se então os discursos mais técnicos, que atingem “[...] um eleitor abstrato, ou seja, médio, de posição pouco reflexiva”. Para os autores, a ênfase exercida sobre os dispositivos técnicos e não efetivamente políticos – uma vez, que fugir de determinados “conflitos” implica fugir da própria ideia de política e participação social – “[...] parece ser um sintoma do mundo público atual, pois inspira qualificação não reflexiva, mas pragmática e também parece estar neutralizado de posturas ideológicas [...]”.

Esse movimento de controle e de restrição sobre o que pode ser evidenciado, ou não, não se trata de um dado novo. Ao estudar a história da sexualidade, mais especificamente a moral sexual a partir da antiguidade pagã e do cristianismo, Michel Foucault evidencia como a ideia do permitido e do proibido vai ganhando forma e robustez. Com a ascensão do cristianismo, muitos elementos se mantêm, tendo sido tomados do pensamento antigo, e novos se sobrepõem “[...] a fim de definir o que é permitido e o que é proibido na ordem de uma sexualidade supostamente constante [...]” (Foucault, 2020, p. 40). Logo, ao banir o termo gênero do espaço escolar, pretende-se fazer proliferar e perpetuar o estigma criado sob o termo: “[...] para manter o ‘gênero’ longe da sala de aula, ele passa a ser tratado como um código para a pedofilia ou para uma forma de doutrinação que ensina criancinhas a se masturbarem ou se tornarem gays” (Butler, 2024, p. 10).

Porsuavez, Ruy Carneiro (Podemos), no item que tem por título “educação de qualidade para todos e cultura”, traz diversos pontos que serão pautas da educação do seu governo, como inclusão, educação integral, tecnologia na

educação e educação profissionalizante. Mas, assim como Cícero Lucena (PP), não há nenhuma articulação dos gêneros e das sexualidades com a educação. A mesma situação se repete com os demais concorrentes. Camilo Duarte (PCO) propõe a estatização da educação, mas, não aprofunda ou detalha suas propostas.

Já Luciano Cartaxo (PT) detém o seu foco na Educação Integral e em sua ampliação. Marcelo Queiroga (PL) defende uma educação fincada nos valores tradicionais, com um forte apelo à educação moral e cívica, com “[...] incentivo a programas educacionais que reforcem a importância dos valores éticos, morais e cívicos” (Queiroga, 2024, p. 3). O candidato deixa evidente que “todas essas ações a serem realizadas visam fortalecer os vínculos familiares e intergeracionais, dentro da ideia de que os pais são os principais atores na educação, e **não o Estado** [...]”, (Queiroga, 2024, p. 22, grifo nosso).

Percebe-se o apelo ao afastamento do Estado em questões consideradas, pelo candidato, como de interesse unicamente familiar, desconsiderando a laicidade do nosso país e as demandas que reverberam e que são singulares à população de modo geral, não podendo, assim, serem avaliadas apenas sob o prisma de um único ideal de família, qual seja, a heterossexual. Os gêneros (e, em consequência, as sexualidades) parecem não encontrar espaço nas pautas-políticas de nossos candidatos, na articulação possível com a escola. Existe um certo empenho, inferido a partir das propostas, que visa demarcar alguns espaços e impor limites que não devem ser ultrapassados.

Nessa perspectiva, gêneros e sexualidades podem ser discutidos e postos em pauta considerando a violência que reverbera a partir dos discursos moralizantes, dos quais são alvos não apenas os/as não-heterossexuais, mas todo e qualquer ser que fuja à dita normalidade. Afinal, as existências que burlam a heteronorma são postas à margem entre os muros escolares. E isto é um erro, uma vez que “[...] a escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de produtora de uma visão naturalizada das relações sociais [...]” (Bento, 2011, p. 558).

Segundo Bento (2011, p. 555), “a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade”. Sob este prisma, a escola não pode falar sobre gêneros e sexualidades na perspectiva da diversidade, de modo que a heterossexualidade tende a ser reforçada, incentivada e ensinada, todos os dias, como algo a ser desejado, celebrado e posto no lugar da norma; ao seu entorno, as demais sexualidades se constituem perifericamente, sendo

ordinariamente relegadas ao espaço da marginalidade. “Nessas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, em especial (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade [...]” (Junqueira, 2022, p. 17).

No caminho um tanto quanto contrário, o candidato Yuri Cartaxo (UP) faz menção à ideia de uma educação sexual que, embora timidamente, pretende “[...] garantir educação sexual objetivando o cuidado com a saúde, o respeito à diversidade sexual e o combate à pedofilia e ao abuso sexual” (Yuri Cartaxo, 2024, p. 8). Preocupa-nos que tal proposta se desdobre apenas em uma visão higienista, na qual a educação sexual se limita a falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e a prevenção de uma gravidez indesejada. No entanto, este foi o único candidato que trouxe a demarcação da educação sexual de forma mais efetiva em seu plano de governo, o que nos parece ser uma abertura importante para o fomento e a discussão do tema.

A perspectiva que defendemos e que acreditamos ser mais promissora ancora-se em uma “[...] ‘educação para a(s) sexualidade(s)’ como prática que visa refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades” (Xavier Filha, 2017, p. 30). Longe do que vociferam seus/suas detratores/as, o que se espera com uma educação para as sexualidades – que oportunize a promoção dos gêneros e das sexualidades – é contribuir com a construção de um mundo vivível para todas as pessoas, no qual eles/as possam viver, amar, se relacionar, se conhecerem sem o peso do estigma, da rejeição e da exclusão que historicamente assombra vidas não-heterossexuais.

“Eles queimaram o boneco de uma bruxa, com o rosto de Butler, aos gritos de ‘queimem a bruxa!’”⁹: para concluir...

Em 2017, Judith Butler participou de um evento no SESC-Pompeia, em São Paulo. Sua presença gerou uma série de protestos que exigiam a retirada da filósofa do nosso país. Com acusações diversas, grupos mais conservadores e fundamentalistas alardearam discursos sobre “ideologia de gênero”, destruição da família, entre outras coisas. Como em uma cena que nos remete ao período medieval, assim como as mulheres consideradas

⁹ O título desse item, foi retirado da matéria, escrita por Juliana Garcia, no Portal Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contra-filosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>. Acesso em 13 dez. 2024.

subversivas, a autora foi associada a uma bruxa e, como tal, foi simbolicamente queimada por aqueles/as contrários/as aos estudos de gênero.

Tal manifestação nos ajuda a traçar um pouco de como o nosso cenário social tem sido marcado pelo pânico moral ao se falar sobre gêneros (e, em consequência, sobre as sexualidades) no espaço social e principalmente no âmbito educativo. Esse pânico não surge organicamente, mas é criado e incentivado por grupos fundamentalistas que desejam coibir os estudos e a reflexão sobre a temática da diversidade. Deste modo, fazem, por vezes, com que o termo gênero se torne algo proibido, que sequer deve ser mencionado, transformando-o no que denominamos, nesse texto, o mais novo pecado capital da contemporaneidade.

O reflexo dessas investidas pode ser visto nas nuances que perpassam as propostas políticas aqui analisadas. Existe um completo empenho em distanciar gêneros e sexualidades em relação ao campo da educação. Sobre a escola, levantam-se muros, barreiras que não podem (e não devem) ser violadas em nome da pureza de nossas crianças e da família heterossexual. O que é feito das vidas que não se alinham à heteronorma? Relegadas à marginalidade, tornam-se vidas invivíveis. Suas existências são patologizadas, de modo a evidenciar a suposta normalidade dos padrões heteronormativos.

É bem verdade que avanços foram obtidos. Termos a discussão da violência de gênero na maioria das propostas é algo a ser celebrado e incentivado. No entanto, precisamos ampliar o campo de discussão e construir espaços seguros para a construção de uma educação para as sexualidades que possa ser ofertada em nossas escolas, assim encontrando, na Educação, um campo potente de fomento ao respeito à diversidade e à pluralidade da existência humana. Afinal, a nossa existência não se limita à heteronorma, como esperam e defendem os/as antigêneros, mas, aponta para uma vida que nos escorre pela mão e que, na forma única do gênero heteronormativo, não encontra espaço para crescimento.

O estudo aqui empreendido foi realizado exclusivamente a partir de documentos oficiais disponíveis no site do TSE. A ausência de articulação direta com os candidatos pode se apresentar como um limitador da pesquisa, inviabilizando a compreensão das intenções políticas para além do que está formalmente escrito. Esse dado, embora constitua uma limitação, não desmerece nem diminui os achados nos planos dos candidatos, tampouco as lacunas presentes em suas propostas. As conclusões, no entanto, não necessariamente refletem tendências mais amplas em nível estadual ou nacional.

Por fim, a pesquisa abre caminhos importantes para investigações futuras, como o estudo comparativo entre planos de governo e políticas efetivamente implementadas, sinalizando, por exemplo, o hiato que emerge entre o que foi proposto e o que efetivamente se concretizou após a eleição. Outra possibilidade de investigação é a análise do discurso de candidatos/as em redes sociais e debates públicos, em relação às propostas dos planos, o que poderia permitir captar nuances discursivas, contradições e posicionamentos no que diz respeito à diversidade de gêneros e sexualidades, bem como seus atravessamentos com o campo da educação.

Referências

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da construção dos sentidos. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **RBEP - Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

AMARAL, Marcos Martins do. **Dimensão subjetiva da masculinidade**: significações de homens gays sobre o papel da escola no processo de constituição da masculinidade. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) – Programa de Estudos de Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. v. 19, n. 2, p. 549-559, mai./ago. 2011.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. São Paulo: Boitempo, 2024.

CARNEIRO, Ruy. **Plano de governo para mudar João Pessoa**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150001997025/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

CARTAXO, Luciano. **Programa de governo para fazer muito mais e melhor**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150001928981/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

CARTAXO, Yuri. **Plano de governo da unidade popular para João Pessoa**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150002023904/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

DUARTE, Camilo. **Programa para as eleições 2024**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150002310977/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Joanderson de Oliveira. **Narrativas docentes**: as performances de professores gays. 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2023.

GOMES, Joanderson de Oliveira; MIRANDA, Joseval dos Reis. Gêneros e sexualidades: refletindo sobre a educação sexual para as sexualidades a partir das propostas dos/as candidatos/as ao governo do estado da Paraíba (2022). **Revista Temas em Educação**. v. 33, n. 1, p. 1-23, 2024.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGTB: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**. v. 23, n. 47, p. 283-323, jan./abr. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Adivinhe quem não veio para jantar... Breves considerações sobre a não-tematização das questões LGBT nas eleições presidenciais de 2010. **Eco-pós**. v. 13, n. 3, p. 5-17.

LACERDA, Milena Carlos de. **“Mais família, menos Estado”**: o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

LUCENA, Cícero. **Plano para João Pessoa no caminho certo**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150002036085/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de Albuquerque. **Invisibilizadas na vida e na morte**: “transfeminicídio” em João Pessoa de 2016 a 2020. 2022. 261 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, 2022.

PAIVA, Marlúcia Menezes de; NASCIMENTO, José Mateus. A pesquisa qualitativa: a etnometodologia e a educação. In: TAVARES, Manuel; RICHARDSON, Roberto Jerry. **Metodologias qualitativas**: teoria e prática. Curitiba - PR: CRV, 2015.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti; SIERRA, Jamil Cabral. Atos de fala em Austin e Butler: o performativo nos discursos de ódio neoconservadores sobre gênero e sexualidade. In: LAU, Héilton Diego; SOUZA-SILVA, André Luiz; MICHALKIEWICZ, Zuleica Aparecida. **Lingagens em múltiplas faces**: uma agenda de estudos teóricos e aplicados. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

QUEIROGA, Marcelo. **Plano de Gestão 2025-2028**. 2024. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/PB/2045202024/150001998778/2024/20516>. Acesso em 11 dez. 2024.

RAPIMÁN, Daniel Quilaqueo. Pesquisa qualitativa em educação: possibilidades de investigação em educação. In: In: TAVARES, Manuel; RICHARDSON, Roberto Jerry. **Metodologias qualitativas**: teoria e prática. Curitiba - PR: CRV, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, 1995.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira?. **Revista Diversidade e Educação**. v. 5, n. 2, p. 16-39, jul./dez. 2017.

Recebido em março de 2025.

Aprovado em junho de 2025.